



CONVITE

AQUISIÇÃO DE RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO DO SOFTWARE SKETCHUP PRO PARA A CASA PIA DE LISBOA I.P.

NPD 2524000019

PARTE I

CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I

Cláusula 1.ª

Objeto

- a) O objeto do convite é o fornecimento de **renovação do licenciamento do software Sketchup Pro** para a CPL I.P., nos termos e condições previstos no presente convite e no caderno de encargos do presente procedimento.
- b) O presente convite é efetuado ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 40º e com o disposto no artigo 112º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 2.ª

Entidade Adjudicante

A Entidade Pública Adjudicante é a CPL I.P., sita na Avenida do Restelo, n.º 1, 1449-008 Lisboa, NIPC 501390642, com os números de telefone 213 614 000 e com o endereço de correio eletrónico: contratacao publica@casapia.pt

Cláusula 3.ª

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Diretor de Departamento de Serviços Partilhados, Dr.ª Álvaro Amaral, cargo para o qual foi nomeado pelo Conselho Diretivo em 03/05/2023, publicado no Diário da República, II Série, n.º 126, de 30 de junho de 2023 e ao abrigo da Deliberação n.º 345/2023, de delegação de competências publicada no Diário da República, II Série, n.º 63, de 29 de março de 2023, órgão competente para autorizar a despesa.

A escolha do procedimento – consulta prévia - é efetuada ao abrigo da base legal constante na alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP.



A despesa inerente ao presente procedimento foi autorizada com base no pré-cabimento n.º 8225000011.

Cláusula 4.ª

Fundamento do Procedimento

A escolha do procedimento de consulta prévia a três entidades da especialidade, resulta função da necessidade de aquisição de **renovação do licenciamento do software Sketchup Pro** para o CED D. Maria Pia da Casa Pia de Lisboa, I.P., atendendo ao imperativo de respeitar os normativos legais, nomeadamente através da promoção da concorrência e do aumento da eficiência da despesa pública ao abrigo do artigo 20.º n.º 1 da alínea c);

Cláusula 5.ª

Prazo e Modo de apresentação da proposta

A proposta, bem como os documentos que a acompanham, deverão ser enviados através da plataforma eletrónica Acingov, até às 23:59 do 6.º dia, a contar da data da disponibilização das peças do procedimento na plataforma eletrónica em contratação pública Acingov.

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados, pelo mesmo meio indicado na alínea anterior.

Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por um representante que tenha poderes para obrigar a entidade.

Cláusula 6.ª

Caracterização do serviço

As especificações técnicas da **renovação do licenciamento do software Sketchup Pro** estão definidas no caderno de encargos que faz parte integrante do presente convite.

Cláusula 7.ª

Prazo de execução

O contrato contempla o fornecimento dos bens a partir da data do envio da nota de encomenda pela Casa Pia de Lisboa, I.P., mantendo-se em vigor durante 365 dias.

O contrato manter-se-á em vigor até total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 8.ª

Preço base do procedimento



O preço base corresponde ao montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo eventuais renovações do mesmo.

O preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pelos bens objeto do presente procedimento, é de € 2.400,00 [dois mil e quatrocentos euros], acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O preço referido no parágrafo anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CPL.

Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado.

Cláusula 9.^a

Dúvidas e esclarecimentos

Nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

Os pedidos de esclarecimentos, bem como a lista de erros e omissões dever ser remetida através da funcionalidade existente na referida plataforma Acingov.

Os esclarecimentos a que se refere o parágrafo anterior serão prestados por escrito, pelo júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, pelo mesmo meio.

Cláusula 10.^a

Documentos da Proposta

1. - A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do Anexo I do Código dos Contratos Públicos a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, devidamente preenchida, em anexo ao presente convite.
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
 - c) Documentos exigidos pelo convite que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule.
2. - Elementos a indicar/apresentar obrigatoriamente na proposta:
 - a) Referência do procedimento;
 - b) Designação oficial do(a) proponente;



- c) Preço total da prestação de serviço, sem inclusão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), com um máximo de duas casas decimais;
- d) Preços unitários, se aplicável;
- e) Prazo de validade da proposta (caso este seja superior a prazo estabelecido pelo Código dos Contratos Públicos).
- f) Fichas das de segurança de todos os materiais/produtos químicos pertencentes ao lote 2.
- g) Outros elementos que se julguem relevantes para completar a sua proposta.

3 - Condições da proposta

- i. A proposta, bem como todos os documentos que a integram devem ser assinados pelo concorrente ou por um representante que tenha poderes para obrigar a entidade;
- ii. Não são admitidas alterações de cláusulas do caderno de encargos;
- iii. Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do número 7 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos;
- iv. A proposta, os documentos que constituem a proposta, bem como os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa;

Cláusula 11.ª

Exclusão da Proposta

Constituem motivo de exclusão das propostas apresentadas:

- a) A não apresentação dos documentos, ou indicação de algum dos elementos referidos na cláusula 10 do presente convite;
- b) Os indicados no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) O não cumprimento do disposto em qualquer das disposições deste convite e caderno de encargos.

Cláusula 12.ª

Preço ou custo anormalmente baixo

- 1. O preço ou custo de uma proposta poderá ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2. No caso previsto no número anterior, será solicitada, previamente, ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativo aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

Cláusula 13.ª

Critério de Adjudicação

- 1. O critério que presidirá à adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade Monofator.
- 2. Em caso de empate, será realizado sorteio que se rege pelas seguintes regras:



- a) O sorteio será realizado através da retirada de bolas identificadas com o n.º de entrada das propostas dos concorrentes, podendo assistir ao mesmo os concorrentes com propostas empatadas;
- b) A primeira bola retirada corresponderá à proposta a adjudicar;
- c) Serão retiradas todas as bolas, a fim de ordenar os concorrentes e acautelar eventuais problemas na fase de apresentação dos documentos de habilitação.

Cláusula 14.ª

Prazo de Manutenção das Propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias, contados a partir da data limite da apresentação das propostas.

Cláusula 15.ª

Documentos de Habilitação

O concorrente deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos redigidos em língua portuguesa, via plataforma eletrónica de contratação pública:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do mesmo código;
- b) Certidão da Conservatória do Registo Comercial com a indicação dos representantes legais com poderes para proceder a outorga do contrato e a que título, e caso seja por mandato, a respetiva procuração.
- c) Registo Central de Beneficiário Efetivo, nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
- d) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, ficando dispensado da apresentação destes documentos caso o adjudicatário se encontre inscrito no Portal de Fornecedores do Estado, devendo neste caso apresentar o respetivo comprovativo de inscrição. Nomeadamente:
 - (i) Declaração comprovativa de não ser devedor à Segurança Social;
 - (ii) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada passada pela Repartição de Finanças;
 - (iii) Declaração Certidão de registo criminal de pessoa coletiva;
 - (iii) Declaração Certidão de registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

Cláusula 16.ª

Caução

No presente procedimento não é exigida a prestação de caução atenta ao disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.



Cláusula 17.^a
Outorga do Contrato

No presente procedimento não é exigível a redução do contrato a escrito segundo o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a
Legislação Aplicável

Em tudo o omissa na presente carta convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua versão atualizada e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e retificado pelas declarações de retificação n.ºs 36-A/2017, de 30/10 e 42/2017 de 30/1, e restante legislação aplicável.

Cláusula 19.^a
Avaliação de Fornecedores

A CPL, I.P. irá proceder à avaliação da prestação de serviços/fornecimento de bens, de acordo com 2 critérios: conformidade da entrega (62.50%) e prazo de entrega (37.50%).

Esta avaliação será comunicada ao(s) adjudicatário(s) no início do ano civil seguinte ao da prestação.

ANEXA:

- a) Caderno de Encargos e respetivos anexos.



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256º-A, conforme aplicável]

1 – . . . (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) . . . (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de . . . (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) . . .

b) . . .

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 1 do artigo 55º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), (data), ... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1, e nos n.ºs. 2 e 3 do artigo 57º.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs. 4 e 5 do artigo 57.º.